

Clube de Paris admite acordo sem o FMI

Como o casamento entre o Clube de Paris e o governo brasileiro é quase impossível, os dois estão condenados a viver em concubinato. Eles deverão chegar a um entendimento rapidamente ou pelo menos a um modus vivendi, mesmo sem um acordo tácito e público. Essa é a opinião de importantes áreas financeiras francesas que ontem comentaram a evolução das negociações nos últimos tempos e admitem que o caminho já está sendo desbloqueado.

Essas mesmas áreas ilustram a posição *sui generis* do Brasil em relação ao Clube de Paris com a imagem de um casal que vive em concubinato notório, mas sem confessar sua vida conjunta. Isso porque o Brasil, no Clube de Paris, está dos dois lados da barreira, sendo ao mesmo tempo um grande devedor mas também um importante credor, como, por exemplo, no caso da dívida da Polônia. Além disso, cita-se a intransigência dos dois. De um lado, o governo brasileiro não aceitando recorrer ao Fundo Monetário Internacional e, do outro, o Clube de Paris exigindo o cumprimento de uma de suas regras básicas, a que estabelece um acordo prévio com o FMI. Essas mesmas áreas financeiras reconhecem a existência de dificuldades, mas se mostram mais otimistas do que em passado recente.

Quanto à aceitação, por alguns países, da proposta feita pelo Brasil para reescalonar sua dívida junto ao Clube de Paris, anunciada pelo ministro Dílson Funaro, essas fontes revelam que "a solidariedade entre os membros do Clube de Paris é total", mesmo que muitas vezes possam existir pontos de vista diferentes. O Clube de Paris continua só aceitando reescalonar dívidas desde que haja um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional, o que dificulta a negociação com o governo brasileiro, mas o objetivo "é encontrar um terreno no qual o desacordo seja o menos grave possível".

Essa nova posição europeia indica que já se admite uma solução sem que o Brasil tenha de passar obrigatoriamente pelo FMI para reescalonar sua dívida de oito bilhões de dólares junto ao Clube de Paris. Ontem, informava-se em Paris que os contatos com o Brasil nos últimos tempos têm sido constantes, quase permanentes, tendo em vista a dupla condição do País junto ao Clube. A única crítica que tem sido feita é "a tentativa de se politizar através da imprensa esse problema que é tipicamente técnico", segundo a fonte bancária francesa. Essa politicização tem-se verificado não apenas no Brasil, mas também na França e mesmo através de jornais norte-americanos.

Por outro lado, três meses após a implantação do Plano Cruzado, os meios bancários na França consideram que os resultados são globalmente positivos, mesmo reconhecendo alguns problemas, entre eles, a falta de solução para o déficit público.

Hoje, há concordância geral na Europa sobre a validade da iniciativa, não apenas em relação a seu aspecto técnico de combate à inflação, mas também aos aspectos político e psicológico, provocados pela mobilização popular em torno do plano. Teme-se, no momento, o problema do déficit público, que se está agravando com o congelamento das tarifas públicas. Isso fará com que o déficit das empresas do setor público aumente. Esse é, segundo acreditam essas áreas, a maior fragilidade do plano brasileiro. De qualquer forma, esses meios financeiros europeus se declararam muito mais otimistas em relação à evolução da situação brasileira do que alguns meses atrás.

Reali Júnior, de Paris,